



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



TERMO DE REFERÊNCIA – Lei nº 14.133/2021
CONTRATAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO
Processo Administrativo SIGADOC nº PGE-PRO-2026/00092

Termo de Referência nº 003/2026/PGE

Órgão: Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso – PGE/MT

Número da Unidade Orçamentária: 09101 – PGE/MT

Unidade Administrativa Demandante: GPGE.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado para aquisição de 01(uma) inscrição para participação no Masterclass: Planilha de Custos e Formação de Preço de Bens e Serviços, a ser realizado na modalidade presencial na cidade de Curitiba/PR, *entre os dias 24 a 26/02/2026*, nos termos da tabela abaixo, conforme conteúdo programático, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código SIAG	Código TCE	Descrição	Und.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	1075918	243549-7	Aquisição de 01(uma) inscrição para participação no Masterclass: Planilha de Custos e Formação de Preço de Bens e Serviços, a ser realizado na modalidade presencial na cidade de Curitiba/PR, entre os dias 24 a 26/02/2026	Un.	1	R\$ 4.880,00	R\$ 4.880,00
O custo estimado total da contratação é de							R\$ 4.880,00

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 1 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



SIGA



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



1.2. O quantitativo a ser contratado foi dimensionado por meio de pesquisa de demanda no DFD – Documento de Formalização de Demanda-Capacitação (fls. 04/08).

1.3. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizados na forma do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e juntada a este processo administrativo (fls. 56/58). Visando demonstrar que os preços praticados pela futura contratada, nos moldes da Proposta enviada a esta Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (fl. 03), são comumente praticados por ela no mercado em que atua, foram juntados aos autos os seguintes documentos comprobatórios: **1) Nota Fiscal – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manacapuru (fls.11); 2) Nota Fiscal – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - RJ (fls.12); 3) Nota Fiscal – Universidade Federal de Uberlândia - UFU (fls.13)**, Portanto certifico que o valor ofertado para PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, é condizente com contratações semelhantes de objetos da mesma natureza, atendendo com isso os preceitos legais previstos na Lei de Licitação nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 1.525/2022.

1.4. A Categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em **Capacitação**.

1.7. Adequação orçamentária:

Projeto/Atividade/Operações Especiais (PAOE)	Exercício	Fonte	Elemento de Despesa
3431	2026	1.760.0000	3.3.90.39.051

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O serviço a ser contratado é por escopo tendo em vista que o prazo de vigência desta contratação será até a entrega do objeto.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no **DFD – Documento de Formalização de Demanda-Capacitação (fls. 04/08)**.

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 2 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4. DESCRIÇÃO GLOBAL DA SOLUÇÃO

4.1. Trata-se de serviços técnicos especializados, consistentes em evento de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso.

4.2. A solução deverá ser efetivada pela Contratada mediante a disponibilização de profissionais de notória especialização, além de plataforma e/ou ambiente físico adequado, material com conteúdo programático específico.

4.3. Objetivos gerais:

- Aprimorar o desempenho dos servidores públicos e da Procuradoria Geral do Estado de MT;
- Aprofundar o conhecimento técnico e a correta aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Atualizar-se quanto às orientações dos órgãos de controle, entendimentos jurisprudenciais e boas práticas em contratações públicas;
- Aprimorar a atuação do servidor nos processos de planejamento, instrução e acompanhamento das contratações administrativas;
- Reduzir riscos jurídicos e administrativos nas contratações realizadas pela PGE/MT;
- Contribuir para maior eficiência, segurança jurídica e conformidade dos procedimentos adotados pela instituição.

4.4. Objetivos específicos: O conteúdo da IV Semana Nacional de Licitações e Contratos está alinhado às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às recentes transformações normativas e institucionais, abordando fundamentos, práticas e estudos de caso que permitem transformar o processo Licitatório em instrumento efetivo para alcançar resultados, garantir integridade e gerar valor público. A capacitação propiciará a aplicação integrada de mecanismos relevantes para a melhoria do desempenho do servidor público e da instituição, fortalecendo a atuação institucional da PGE/MT. Com o objetivo central de promover a atualização teórica dos participantes e a troca de informações e experiências com especialistas na sua área de atuação, Sua programação contempla

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 3 de 24
www.pge.mt.gov.br





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



conteúdos teóricos e práticos, estudos de caso e metodologias aplicadas, visando transformar o processo Licitatório em ferramenta efetiva para alcançar resultados.

4.5. Conteúdo programático detalhando e palestrante encontra-se disposto em folder do evento juntado aos autos do processo, sendo citado, a exemplo, o presente às **fls. 76/83.**

4.6. A carga horária: 24 (vinte e quatro) horas. Realizado no período matutino e vespertino entre os dias 24 á 26 de fevereiro de 2026.

5. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

5.1. A capacitação ora em apreço é revestida de peculiaridades materiais e técnicas, motivos estes que consubstanciam na contratação da empresa/profissional que possui vasta experiência e notória especialização quanto às matérias e assuntos abordados no curso.

5.2. Em geral, quando se fala em capacitar/qualificar no âmbito da Administração Pública, busca-se sempre a seleção de empresas e profissionais de renome no mercado, para que assim haja a certeza de que os servidores públicos consumam do melhor conteúdo disponível, posto que este será de grande valia na aplicação e aprimoramento dos serviços e atribuições inerentes à Instituição da qual pertencem.

5.3. Dito isso, alguns critérios precisam ser observados, dos quais se destacam a notória especialização dos profissionais e empresas envolvidas nas qualificações, as competências e formação acadêmica dos docentes, a experiência pregressa, dentre outros.

5.4. Tais exigências, muitas das vezes, tornam o serviço único e singular, haja vista que a expertise e desenvoltura das empresas e profissionais envolvidos nas capacitações são tidas como próprias e específicas, apesar de o conteúdo em si ser de conhecimento e prática de outros profissionais.

5.5. Feitas as considerações, conclui-se que a contratação do objeto delimitado neste Termo de Referência e a seleção do fornecedor se darão mediante **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 4 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



Lei nº 14.133/21, na medida em que se busca a contratação de instituição que possua a oferta do evento desejado.

5.6. Escolha do Fornecedor:

5.6.1. A empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ: 10.498.974/0001-09**, com sede em São José dos Pinhais/PR, a referida empresa possui experiência consolidada na realização de cursos, capacitações e eventos voltados à Administração Pública, com atuação destacada nas áreas de licitações, contratos administrativos, governanças, gestão pública e aplicação da Lei Federal nº. 14.133/2021, conforme informações institucionais disponíveis em seu sítio eletrônico oficial.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade:

6.1.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas da Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo: Economia de energia; Economia em materiais plásticos descartáveis; Economia de água; e

6.1.2. Bem como, descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazo de execução:

7.1.1. Período de realização: **24/02/2026 a 26/02/2026.**

7.2. Local de execução:

7.2.1. A prestação dos serviços, incluído tudo que for necessário para a

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 5 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



operacionalização da prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência será realizada na modalidade **presencial**, na cidade de *Curitiba/PR*, conforme folder do evento acostado às *fls. 76/83*.

7.3. Forma de execução:

7.3.1. A execução contratual será de forma indireta e o regime de execução será por **preço global**.

7.3.2. Os recursos tecnológicos usados pela CONTRATADA para a prestação do serviço deverão estar em perfeito funcionamento, sem falhas ou interrupções, incluindo eventual transmissão de áudio e vídeo;

7.3.3. A CONTRATADA será responsável pela eventual necessidade de disponibilização de plataforma de ensino aos participantes, conforme indicação da CONTRATANTE, podendo haver remanejamento de participantes indicados pela CONTRATANTE até a data de início das aulas;

7.3.4. O conteúdo do curso deverá ser ministrado pelo(s) instrutor(es) informado(s) na proposta e na forma descrita neste Termo de Referência;

7.3.5. Qualquer alteração deve ser aprovada previamente pela CONTRATANTE.

7.3.6. A prestação do serviço se iniciará após a emissão da ordem de serviço para a CONTRATADA, que deverá ocorrer com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para o início do evento.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades satisfatórias, promovendo sua substituição quando necessário.

8.2. Todo o material de apoio que eventualmente venha a ser utilizado para as aulas deverá ser disponibilizado aos participantes, previamente ou posteriormente, conforme a metodologia a ser adotada pela CONTRATADA;

8.3. A CONTRATADA deverá realizar o controle de frequência, com o envio de cópia da lista de presença, bem como emitir os certificados de participação conforme critério a ser definido em conjunto com a CONTRATANTE;

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 6 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



15.1. Considerando que a prestação dos serviços se dará de **forma imediata**, a **formalização de Contrato não se faz necessária**, devendo o mesmo ser substituído por instrumento equivalente (ordem de serviço/nota de empenho), dos quais não resultem obrigações futuras, conforme art. 95, inciso II da Lei nº 14.133 de 2021.

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. Executar os serviços contratados, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados.

16.2. Os serviços contratados serão executados de acordo com o proposto ao contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislações pertinentes.

16.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

16.4. Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência.

16.5. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.6. Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos indispensáveis ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios essenciais à completa execução dos serviços, promovendo sua guarda, manutenção e substituição sempre que necessário.

16.7. Otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do contratante.

16.8. Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 10 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

16.9. Comunicar a fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços que se verifique.

16.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus responsáveis, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

16.11. Permitir que o contratante, em qualquer momento, audite e avalie os serviços relacionados ao objeto contratado, que deverá estar de acordo com as especificações, em observância às obrigações pactuadas.

16.12. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas relativas ao contratante, sem a prévia autorização do mesmo.

16.13. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:

16.14. Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas que estão previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como as obrigações sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

16.15. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e/ou morais causados ao contratante ou a terceiros, pela ação ou omissão dolosa ou culposa, de seus empregados, trabalhadores, prepostos, contratados ou representantes.

16.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

16.17. Responder civil e criminalmente pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 11 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



16.18. Indenizar terceiros e/ou o contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o contratado adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

16.19. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

16.20. Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do contratante, ou em qualquer outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

16.21. Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

16.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.23. Emitir Nota Fiscal, discriminando os serviços executados no período, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência.

16.24. Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022 e Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

17.1. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 12 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



17.2. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança.

17.3. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço quando for o caso.

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.

17.5. Avaliar a qualidade dos serviços prestados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.

17.5.1. Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o serviço, sanando as impropriedades.

17.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.

17.7. Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

17.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.

17.9. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/13).

18. GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Dado que o serviço contratado não prevê o envolvimento de recursos materiais e/ou equipamentos, bem como que os recursos humanos empregados não são considerados como DEMO (Dedicação exclusiva de Mão de Obra), a exigência de Garantia Contratual se faz dispensável, conforme disciplina dos arts. 96 a 102 da Lei

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 13 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



nº 14.133/2021.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Em razão da natureza da presente contratação, da escolha do prestador de serviços devido à sua notória especialização, bem como diante do fato de que o objeto pretendido não se reveste de maiores complexidades físicas/estruturais, será **VEDADA** a subcontratação total ou parcial, dos serviços discriminados neste Termo de Referência, conforme disposições do § 4º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que veda a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

20. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

20.1. A matriz de alocação de riscos será **dispensada** do contrato, nos termos do art. 247, § 4º, I, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, tendo em vista a natureza do objeto e da execução, tratando-se de inexigibilidade de licitação para a contratação de empresa que possui notória especialização, vasta experiência no mercado e profissionalismo.

21. SANÇÕES

21.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, esta estará sujeita às sanções previstas no Art. 156 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, sendo que, para fixação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:

21.2. Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do CONTRATO;

21.3. Multa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 14 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



21.4. Poderá ser aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços.

21.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

21.6. Declaração de idoneidade que impede o licitante/contratado de licitar/contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assim que o licitante/contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior;

21.7. As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultadas à defesa prévia do interessado, no prazo previsto na Lei nº. 14.133/2021.

21.8. Serão assegurados à CONTRATADA, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.

21.9. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.

21.10. Demais sanções conforme legislação vigente.

22. LEGISLAÇÃO APLICADA

22.1. Lei nº 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

22.2. Decreto Federal nº 10.024/2019 – Regulamenta o Pregão na forma Eletrônica.

22.3. Lei Estadual nº 7.692/2002 - Regula o processo administrativo.

22.4. Decreto Estadual nº 1.131, de 30 de setembro de 2021.

22.5. Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 15 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



de Mato Grosso.

22.6. Lei Complementar nº 123/2006 – Normas ME e EPP.

22.7. Lei Estadual Complementar nº 605/2018 – ME, EPP e MEI.

22.8. Lei nº 12.690/2012 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho.

22.9. Lei complementar nº 116/2003 - Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

22.10. Instrução Normativa nº 1.234/2012 - Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.

22.11. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

23. ANEXOS

23.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:

A) ANEXO I - Minuta de Ordem de Fornecimento;

B) ANEXO II – Minuta do Termo de Responsabilidade.

Cuiabá-MT, 14 de janeiro de 2026.

Elaborado por:

Paulo Diogo Gonçalves
Técnico da PGE – PGE/MT

De acordo:

Raisa Martha Artiaga Rodrigues de Oliveira
Gerente
Coordenadoria de Aquisições e Contratos

Ana Claudia Garcia Fresqui
Diretora Geral e Ordenadora de Despesa
em Substituição da PGE/MT

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 16 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



1 – ANÁLISE E APROVAÇÃO:

2 – AUTORIZAÇÃO:

Cuiabá/MT, xx de janeiro de 2025.

Ana Claudia Garcia Fresqui

Diretora Geral e Ordenadora de Despesa em Substituição da PGE/MT

Página 17 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



ANEXO I - MINUTA XXXXXX/2025/PGEMT				
ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇO				
PROT/PROC.	PGE-PRO 2026/00092	DATA	14/01/2026	TR nº 003/2026/PGE
ÓRGÃO SOLICITANTE	Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso – PGE/MT			
CNPJ	57.467.931/0001-11	Insc. Estadual	13.241.888-6	
END.:	Avenida República do Líbano, nº 2258, Bairro Despraiado, CEP: 78048-135 - Cuiabá-MT.			
Telefone	(65) 3613-5921 / 3613-5956			
Fiscal Titular		E-mail		
Fiscal Substituto		E-mail		
Órgão	Projeto	Elemento de Despesa	Fonte	
09101	3431	3.3.90.39.051	1.760.0000	
FORNECEDOR	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda			
CNPJ/CPF	10.498.974/0001-09	Telefone		
Representante		E-mail		
CPF nº		RG nº		
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação – art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022.				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Aquisição de 01 (uma) vaga destinada à participação de Assessor da Procuradoria Geral do Estado/MT, no evento “Masterclass: Planilha de Custos e Formação de Preços de Bens e Serviços” a ser realizado na cidade de Curitiba – PR, no período de 24/02 a 26/02 de 2026.	1	R\$ 4.880,00	R\$ 4.880,00

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 18 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



SIGA



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



VALOR TOTAL	R\$ 4.880,00
1. A ENTREGA DO OBJETO 1.1. Prazo de entrega e execução: (repetir informações TR) 1.2. Local de entrega:(repetir informações TR). 1.3. Forma de entrega: Presencial 1.4. Periodicidade de pagamento: Parcela única. 2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (i) Executar os serviços contratados, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores resultados. (ii) Os serviços contratados serão executados de acordo com o proposto ao contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes. (iii) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza. (iv) Submeter ao contratante, previamente e por escrito, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes no Termo de Referência. (v) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. (vi) Empregar funcionários habilitados e com conhecimentos indispensáveis ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios essenciais à completa execução dos serviços, promovendo sua guarda, manutenção e substituição sempre que necessário. (vii) Otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do contratante. (viii) Comunicar no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência. (ix) Comunicar a fiscalização, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços que se verifique.	

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 19 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



SIGA



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



outro local onde estejam executando o objeto contratado, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

(xxi) Responder a qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do Contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

(xxii) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

(xxiii) Emitir Nota Fiscal, discriminando os serviços executados no período, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência.

(xxiv) Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº.14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022 e Instrução Normativa nº 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- a) Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
- b) Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
- c) Disponibilizar local adequado para a realização do serviço quando for o caso.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
- e) Avaliar a qualidade dos serviços prestados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
- f) Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o serviço, sanando as impropriedades.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
- h) Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 21 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



- i) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
- j) Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei nº 12.527/11, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/13).

4. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, esta estará sujeita às sanções previstas no Art. 156 e ss da Lei nº. 14.133/2021, sendo que, para fixação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:

4.2. Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do CONTRATO;

4.3. Multa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;

4.4. Poderá ser aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços.

4.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.6. Declaração de idoneidade que impede o licitante/contratado de licitar/contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assim que o licitante/contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior;

4.7. As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada à defesa prévia do interessado, no prazo previsto na Lei nº. 14.133/2021.

4.8. Serão assegurados à CONTRATADA, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.

4.9. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.

4.10. Demais sanções conforme legislação vigente.

5. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES APLICADAS AO OBJETO

5.1. Será regido pela Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais legislações pertinentes.

5.2. Decreto Estadual nº 1.525/2022.

PED RESERVA: XXXXXXXXXXXX.

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 22 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>



SIGA



Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



OBS.: A nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

Nome/Razão Social: Mato Grosso Governo do Estado – Procuradoria Geral do Estado

CPF/CNPJ: 57.467.931/0001-11

End. “Avenida República do Líbano, n ° 2.258, Bairro Despraiado, Cuiabá-MT”.

Cuiabá, ____ de _____ de 2025.

Ivanoe de Oliveira Machado Junior
Coordenador de Aquisições e
Contratos PGE/MT.

Soraya Mota Queiroz Salvador
Diretora Geral da PGE/MT

ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE

() Congresso () Seminário () Workshop (X) Curso () Outro

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome:

Cargo/Perfil:

Lotação:

Matrícula:

Telefone:

E-mail Institucional:

CAPACITAÇÃO SOLICITADA

Nome do Evento:

Entidade Responsável:

Local / Modalidade:

Data do Evento:

Horário / Carga Horária:

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____ estou
ciente dos termos e condições estabelecidas no Decreto Estadual 4630/2002 que
prevê critérios para a participação de servidores públicos estaduais em

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 23 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>





Governo de Mato Grosso
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



conferências, congressos, cursos, treinamentos e eventos similares, assumo o compromisso de divulgar as informações e conhecimentos adquiridos e comprovar a participação no evento.

Nos casos de capacitações com ônus, estou ciente de que, na hipótese de desistência ou faltas que impossibilitem a obtenção do certificado, deverei ressarcir todas as despesas referentes ao evento, nos termos do art. 66 do Estatuto dos Servidores Público Cíveis do Estado, salvo em hipótese de motivo justificado.

Por ser a expressão da verdade, dou fé.

Cuiabá-MT, ____ de _____ de 2026.

Nome do Requerente
Cargo

[Coordenadoria de Aquisições e Contratos]
Av. República do Líbano, 2.258, Jardim Monte Líbano
CEP 78.048-196 Cuiabá Mato Grosso

Página 24 de 24
www.pge.mt.gov.br



Assinado com senha por PAULO DIOGO GONCALVES - ASSESSOR TECNICO III / UAS - 14/01/2026 às 17:37:54, RAISA MARTHA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA - GERENTE / CAC - 14/01/2026 às 17:38:23 +1 Pessoas - Para verificar todas as assinaturas consulte o link de autenticação.
Documento Nº: 33594575-8833 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=33594575-8833>

